

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

AS POSSIBILIDADES NA CIDADE DO RIO DE JANEIRO: AS TRAJETÓRIAS DOS MIGRANTES NEGROS DO VALE DO PARAÍBA (1920-1930)

Tatiane de Medeiros Miranda¹

RESUMO: Esse artigo tem como propósito investigar, através da microanálise, as diversas trajetórias dos migrantes negros do Vale do Paraíba que vieram para a cidade do Rio de Janeiro entre os anos de 1920 a 1930. O intuito é dar sentido aos caminhos traçados por esses migrantes negros que decidiram seguir para a capital, entendendo suas ações através de estratégias, valores, espaços ocupados e seus papéis dentro da cidade. Assim como entender os possíveis contextos que eles poderiam estar inseridos dentro de uma sociedade em constante processo de racialização. Com isso, buscamos reconstruir os percursos daqueles que foram marcados apenas pela marginalização na historiografia, dando espaço para suas escolhas e como essas subsequentes ações tiveram um impacto na cidade do Rio de Janeiro.

Palavras-Chaves: migrações negras; pós-abolição; Vale do Paraíba; Rio de Janeiro

ABSTRACT: This paper aims look through the microanalysis to seek the multiples paths of the migrations of Blacks from Vale do Paraíba to the city of Rio de Janeiro between 1920 and 1940. The purpose is to give meaning of the paths traced by these black migrants who decided move in to the capital. Is important to understand their actions through values and occupied spaces on the city. As well as understanding the possible contexts that they can be placed in a society in constant process of racialization. Therefore, we seek to reconstruct the paths of those who were marked only by marginalization in historiography and search for their choices, actions and how these had an impact on the city of Rio de Janeiro.

Keywords: migration; post-emancipation; Vale do Paraíba; Rio de Janeiro

¹ Mestranda do Programa de Pós-Graduação em História (PPHR) da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro UFRRJ. Órgão de fomento: Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). E-mail: tatiane__miranda@hotmail.com

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

INTRODUÇÃO

Na tarde do dia dois de janeiro de 1917, o jornal Correio da Manhã recebeu uma ligação anônima com a informação de um possível atentado direcionado a um senador republicano. Com a oportunidade de produzir uma matéria exclusiva, os jornalistas entraram em contato com sétimo distrito policial para apurar a denúncia. Ao contatarem um dos comissários do dia sobre o caso, o relato foi transmitido com no mínimo irrelevância. “Foi um incidente sem importância” apontava o comissário. Ao que indicava, um sujeito “muito encharcado” havia mencionado estar armado ao guarda que trabalhava como vigia na casa do senador Azeredo². Sem muitas informações a mais, o jornal insistiu na denúncia e decidiu mandar a equipe pessoalmente para apurar a situação. Ao chegarem no local, o comissário voltou repetir que se tratava de um caso sem importância e relatou que a única informação passada pelo detento até então era seu nome: “Eugenio Mattos Arnaud”. Os jornalistas, intrigados, resolveram descer para a área na qual Eugenio estava alocado, a fim de fazer algumas perguntas ao próprio.

Ao descerem para a enxovia no qual Eugenio estava, os jornalistas notaram o próprio segurando suas trouxas com muita delicadeza. “Como você se chama?” perguntaram, evitando as distrações do homem que ainda segurava suas trouxas com muito cuidado e carinho. “Eugenio Gonçalves Mattos” respondeu. Contudo, o homem continuou a conversa acrescentando algo que não teria sido perguntado: O seu casamento. “Sou casado há vinte cinco anos. Há vinte e cinco anos!”³ apontava ele. Nesse momento, Eugenio mostrava ter um grande carinho pela sua esposa e orgulho do seu duradouro casamento até então. Ao que parece, as trouxas seguradas com tanto carinho e notada pelos jornalistas quando encontraram teria algum significado afetivo, o que poderia ter resultado na sua primeira fala sobre seu casamento. A estabilidade familiar de

² Todas as informações do ocorrido se encontram na Hemeroteca Digital. Correio da Manhã. Rio de Janeiro. Edição 06522. 2 de janeiro de 1917. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=089842_02&pesq=%22Eugenio%20Gon%C3%A7alves%20mattos%22&pasta=ano%20191&pagfis=30824

³ Correio da Manhã. Rio de Janeiro. Edição 06522. 2 de janeiro de 1917. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=089842_02&pesq=%22Eugenio%20Gon%C3%A7alves%20mattos%22&pasta=ano%20191&pagfis=30824

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

Eugenio parecia ser um valor tão importante que foi a primeira coisa que extravasou aos curiosos jornalistas.

Nessa pequena introdução de uma das trajetórias de vida dessa pesquisa, podemos notar duas coisas muito importantes nas ações iniciais de Eugenio na entrevista. A primeira é em relação ao seu nome, que em diferentes momentos e situações, o seu sobrenome muda. Em primeiro momento, “Arnaud” é dito como último nome para o sétimo distrito policial, enquanto que para os jornalistas, recebemos o sobrenome “Gonçalves”. A princípio parece apenas uma incoerência, porém, precisamos lembrar do ambiente extremamente racista e em constante processo de racialização no qual a população negra sempre esteve inserida⁴. Criar estratégias sempre foi fundamental para sobreviver. Por isso, nesse espaço, iremos nos aprofundar nessas estratégias de vida, como a de Eugenio e outros migrantes que também terão suas trajetórias de vidas abordadas nesse espaço.

O segundo ponto importante que podemos notar na entrevista é o apreço pela estabilidade conjugal de vinte cinco anos de Eugenio. A família constituiu um núcleo importante de ações coletivas antes mesmo da abolição, isso porque na escravidão era possível ter o poder de escolha do conjugue, por isso era pensado de uma forma estratégica, através condição social, valores e até mesmo etnias dos indivíduos (GUEDES, 2011: 233-263). No pós-abolição as famílias continuam desempenhando um fundamental papel pois são elas que formam valores, formulam estratégias e tomam decisões em conjunto, porque essas dependem de esforços coletivos, como a própria decisão de migrar (COSTA, 2015: 112). Essa é outra parte essencial desse trabalho, no qual entenderemos esses valores que os migrantes trazem consigo quando migram e quais são criados dentro da cidade, pois muitos acabam constituindo famílias na capital e formando novos núcleos familiares.

⁴ Para mais informações sobre os processos de racialização consultar ALBUQUERQUE, W. *O Jogo da Dissimulação. Abolição e Cidadania Negra no Brasil*. Ed. Companhia das Letras, 2009. SCOTT, Rebecca J. “Fronteiras móveis, linhas de cor e divisões partidárias em Louisiana e Cuba”. in: COOPER, Fredrick; HOLT, Thomas C.; SCOTT, Rebecca. *Além da escravidão: investigações sobre raça, trabalho e cidadania em sociedades pós-emancipação*. Ed. Civ. Brasileira, 2005. CHALHOUB, Sidney. *Cidade Febril: cortiços e epidemias na Corte imperial*. São Paulo: Cia das Letras, 1998. CAULFIELD, Sueann *Em defesa da honra: moralidade, modernidade e nação no Rio de Janeiro, 1918-1940*. Campinas, Ed. da UNICAMP, 2000.

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

Importante ressaltar que as estratégias são passíveis de falhas e erros. A construção de uma estratégia depende diretamente da racionalidade limitada do indivíduo (LEVI, 2000: 46) que precisa lidar com incertezas e conseqüentemente agem às situações de formas diferentes, as ações nunca serão um padrão e sempre apresentará incoerências. Por isso, as trajetórias dos migrantes negros na cidade do Rio de Janeiro nos mostrarão duas perspectivas diferentes: a busca por estabilidade e a instabilidade dentro da capital. Vale ressaltar que estaremos estudando em grande parte os migrantes que aparecem na Casa de Detenção, dessa forma, iremos analisar pessoas que estavam no limite das ações aceitáveis ou não aceitáveis na capital. Portanto, estaremos colocando foco em estratégias que beiravam o limite do possível naquela sociedade. Ao longo do trabalho observaremos várias trajetórias de vida que estarão entre falhas, acertos e novas estratégias.

MIGRAÇÕES E CONEXÕES NA CIDADE: FAMÍLIA, AMIGOS E REDES DE SOCIABILIDADE

Com a realidade do pós-abolição por muitas vezes estabelecida no meio rural, o campesinato negro tinha muitas vivências familiares. Os relatos do Vale do Paraíba trazidos por Ana Lugão Rios (2005), em Memórias do Cativo, retrata lembrança de filhos e netos de ex-escravizados que tiveram diferentes trajetórias nesse meio (2005: 193-204). Ana constatou que existiam diferentes memórias, algumas que retratavam instabilidades vividas pelas famílias por estarem em constante deslocamento de fazendas, por conflitos com fazendeiros ou com parceiros. Enquanto isso, outras famílias viviam uma estabilidade e com relatos de vida menos conturbados, famílias que tinham uma boa relação com os fazendeiros e conseguiam tocar uma roça nessas terras, outros compravam pedaços de terras e ali viviam com a organização do trabalho familiar (RIOS, 2005: 193-204). Da mesma forma que no Vale do Paraíba, O litoral do rio-grandense também era marcado pela forte presença do campesinato negro, no qual famílias conseguiam pedaços de terras no Morro do Alto e arredores, conhecidos como um local de territorialidade predominantemente negra (WEIMER, 2013: 152-153). Na trajetória de uma família de ex-escravizados no sul do Brasil, Rodrigo Weimer (2013) traz um importante tópico sobre o campesinato negro, no qual terras adquiridas naquela região não eram necessariamente compradas – apesar do historiador estudar a trajetória de uma família que comprou terras – mas poderiam ser deixadas por fazendeiros para tomarem conta ou até pelo abandono

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

das próprias. Essa diversidade nos meios rurais mantém não só da busca de famílias por estabilidade, mas também pela própria autonomia.

Porém, a estrutura de camponato negro não seria para sempre uma estratégia possível. Com o crescimento da família e a divisão cada vez maior das pequenas terras e roças, o solo se tornou cada vez mais pobre e escasso para a quantidade de pessoas que precisavam dividir aquele espaço e aquela terra. A estratégia adotada pelos escravizados não era mais possível de ser reproduzida pelos netos destes (COSTA, 2015: 112). Como uma forma de conservar a família, a migração se tornou uma opção de estratégia familiar para a sobrevivência (WEIMER, 2013: 259). Tanto no Vale do Paraíba, explicitado por Carlos Eduardo, quanto no Rio Grande do Sul, por Weimer, relatam outras estratégias traçadas, necessárias para as novas gerações. Não somente a terra era um motivo, mas também a procura por melhores condições de vida, como a procura de locais com mais estruturas, que ofereceriam saúde e escolarização. No caso do Morro Alto, também havia um embate de expropriações de terras. A migração se tornou uma importante possibilidade para enfrentar as dificuldades do meio rural.

A trajetória dos migrantes negros para a cidade do Rio de Janeiro possibilitou a ampliação da família, assim como as novas oportunidades de mobilidade social. Esse valor de estender as redes de sociabilidade era uma importante estratégia familiar: a de sobrevivência. Como vimos na introdução, a primeira ação que o migrante Eugenio exaltou quando abre um diálogo com os jornalistas é o seu relacionamento de vinte cinco anos. De fato, Eugenio dividia a vida há muitos anos na cidade com a companheira Edwiges da Conceição. Os dois eram migrantes, com a diferença de que Eugenio era de Campos e Edwiges do Maranhão⁵. Diferente de outros migrantes que veremos aqui, Eugenio era mais velho, na época da sua entrada na Casa de Detenção, em 1920, apresentava a idade de 54 anos e cor “parda escura”. Fazendo o cálculo, podemos chegar ao ano de nascimento de 1866, data ainda anterior a Lei do Ventre Livre. Não há como saber se Eugenio nasceu escravizado ou livre, porém foi possível encontrar seu pai,

⁵ Brasil, Rio de Janeiro, Registro Civil, 1829-2012, Family Search (<https://www.familysearch.org/ark:/61903/3:1:S3HY-6GYH-PS3?i=193&cc=1582573> acessada em 17 de janeiro de 2021) Mario Gonçalves Mattos, 22 de abril de 1908, citando Eugenio Gonçalves Mattos e Edwiges da Conceição. Film #004151826.

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

Francisco Gonçalves Loureiro, em circulação no Estado do Rio em meados de 1860-1870 de Campos para Macaé e de Campos para o Espírito Santo⁶ provavelmente em movimento pendular.

Como discutimos, podemos ver como a família era o centro das estratégias para a sobrevivência. Eugenio migrou para a cidade do Rio de Janeiro, provavelmente, por uma estratégia familiar que buscava melhores condições através da educação – coisa que discutiremos mais adiante – mas ele migrou sozinho e, possivelmente, foi o primeiro da família a ter esse movimento definitivo. Seu pai, que fazia o movimento parecido, porém de forma não-fixa, pode ter incentivado essa ação de Eugenio a migrar, já que era uma experiência que a família já havia vivenciado de forma menos impactante e pode ter acarretado a uma estratégia benéfica. A rede de contato da família de Eugênio possivelmente era maior por conta dos deslocamentos de seu pai, por isso, acredito que como um valor passado pela sua família, a criação de redes de sociabilidade foi uma ação que ele considerava fundamental para a sobrevivência na cidade. Em vista disso, um de seus principais movimentos no contexto urbano foi estabelecer laços de família dentro da capital, assim como Edwiges que também era uma migrante, teria o mesmo movimento, estabelecendo assim um vínculo que durou mais de vinte cinco anos.

A mesma estratégia seguiu o migrante Carlos Francisco. Vindo de Barra de Piraí, Carlos Francisco Pimenta era ainda um jovem quando chegou à cidade do Rio de Janeiro nos anos vinte. A sua entrada na Casa de Detenção, em 1922, apresentava o registro⁷ de apenas 21 anos de idade na época, cor preta e solteiro. Diferente de Eugenio, Carlos Francisco fazia parte da geração de filhos que nasceram livres, seus pais, Pedro Francisco Pimenta e Henriqueta Lima do Nascimento, assim como a historiadora Ana Lugão já havia discutido, permaneceram nas fazendas,⁸ em Barra do Piraí. A estratégia familiar parece seguir a mesma lógica da procura da sobrevivência e melhores condições de vida,

⁶ O Correio da Tarde: Jornal Commercial, Politico, Litterario e Noticioso. Edição 00017(1). 3 de janeiro de 1860. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=090000&pesq=%22Francisco%20Gon%C3%A7alves%20Loureiro%22&pagfis=5234>

⁷ APERJ. CDDF. notação MD-HN-144. Número de registro 1626, ano 1922.

⁸ Para mais informações RIOS, Ana Lugão e MATTOS, Hebe. *O pós-abolição como problema histórico*. TOPOI, vol.5, n.8, 2004. p. 182.

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

assim como a ampliação da família na cidade. Em 1926, Carlos Francisco Pimenta se casou com Francina Rosa da Conceição⁹, uma migrante de Itaboraí. O casal permaneceu e criou seus filhos na cidade do Rio, até o final de suas vidas, enquanto esses filhos seguiram outros rumos.

Além da ampliação da família, outro ponto importante são os registros procurados para oficializar as relações familiares pelos órgãos do Estado. Em ambas as trajetórias, por serem migrantes, a ânsia de construir laços dentro da cidade e legitimá-los poderia ser uma forma de integrar-se melhor na cidade, além de fortalecer aqueles laços mais recentes, isso não somente com cônjuge, mas também com vizinhos e amigos que muitas vezes apareciam como testemunhas nos registros. O que é o caso dos migrantes estudados aqui, que oficializam seus matrimônios e registros de nascimento dos filhos com várias testemunhas. No caso de Carlos Francisco, as testemunhas de seu filho são as mesmas que dividem sua moradia. Já Eugenio não apresentava as suas testemunhas tão detalhadas iguais a ao de Carlos Francisco, mesmo assim ainda podemos encontrar vários nomes no qual o migrante tinha contato na cidade, sendo cada filho testemunhado por pessoas diferentes¹⁰. Como ressalta o historiador Carlos Eduardo Costa “os pais das crianças pretas demonstravam possuir amplas redes de sociabilidade, pois registravam seus filhos com a ajuda de amigos ou conhecidos” (COSTA, 2020: 69) isso poderia se aplicar para além dos amigos ou vizinhos registrando o nascimento, sendo possível localizar essas redes pelas testemunhas. Os pais ao se dirigirem aos registros para formalizar o nascimento de uma criança, precisava escolher duas pessoas para testemunhar (COSTA, 2020: 38) o registro, por isso também podemos considerar uma estratégia e uma ação determinada por essas escolhas, no qual poderiam afetar diretamente as relações sociais

⁹ Brasil, Rio de Janeiro, Registro Civil, 1829-2012, Family Search (<https://www.familysearch.org/ark:/61903/3:1:S3HY-67BQ-FWW?i=108&cc=1582573&personaUrl=%2Fark%3A%2F61903%2F1%3A1%3AQGJY-5ZY5> acessada em 20 de janeiro de 2021) Carlos Francisco Pimenta e Francina Rosa da Conceição, 4 de setembro de 1926. Film #004336332.

¹⁰ Brasil, Rio de Janeiro, Registro Civil, 1829-2012, Family Search (<https://www.familysearch.org/ark:/61903/3:1:S3HY-6GYH-PS3?i=193&cc=1582573> acessada em 17 de fevereiro de 2021) Mario Gonçalves Mattos, 22 de abril de 1908, citando Eugenio Gonçalves Mattos e Edwiges da Conceição. Film #004151826.

Brasil, Rio de Janeiro, Registro Civil, 1829-2012, Family Search (<https://www.familysearch.org/ark:/61903/3:1:S3HT-D52G-JV?i=161&cc=1582573> acessado em 17 de fevereiro de 2021) Jorge Gonçalves de Mattos, 08 de outubro de 1909, citados Eugenio Gonçalves Mattos e Edwiges da Conceição. Film #004151843

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

estabelecidas pelos migrantes. Não só essas redes de sociabilidade poderiam reforçar uma forma de estratégia, mas também mostrava como era importante esse “jogo de cintura” para alcançar determinados objetivos.

Estabelecer vínculos na cidade era uma importante estratégia desses migrantes. Além das questões familiares e matrimoniais, expandir as redes de sociabilidade poderia ajudar de inúmeras formas, como arranjar trabalhos que mais os agradassem, conseguir uma residência no local perto do trabalho e também conseguir dividir uma moradia com algumas pessoas, principalmente os que tinham laços de amizade. O historiador Sidney Chalhoub (2001) ao estudar o cotidiano dos populares na época da reforma Pereira Passos (CHALHOUB, 2001: 127), analisou o reforço de laços e estabelecimento de novos laços de solidariedade entre os populares frente aos ajustes feitos nas habitações (CHALHOUB, 2001, 96-100), a estratégia para contornar a situação foram a junção de famílias e também de amigos morarem no mesmo local como uma forma de sobrevivência. Ou seja, para se proteger das ações do Estado, era preciso ter redes de contato sólidas. Os migrantes, ao chegarem na capital, precisavam compartilhar dessa mesma estratégia de sobrevivência, pois eram elas que garantiriam certas estabilidades, como um trabalho e moradia conjunta.

Alguns chegavam com o apoio de parentes que já haviam se estabelecido na cidade, mas também tinham os que vinham sozinhos para a cidade, como é o caso de Eugenio e Carlos Francisco. Essas redes eram importantes, pois poderiam proporcionar estabilidades que os migrantes procuravam, como a própria questão da moradia. Ao conseguir contatos na cidade, provavelmente tornava-se mais fácil conseguir morar no lugar desejado com algumas pessoas, como foi o caso de Francisco que sempre morou perto do seu trabalho como leiteiro na Zona Sul. Assim como Eugenio que se estabeleceu em Santa Teresa, mudando de casa ao longo da vida, mas não de bairro, pois provavelmente era o local que poderia haver uma rede comunitária de sociabilidades mais bem estabelecida. Além disso, conseguir melhores trabalhos também poderia ser uma consequência de uma ampla sociabilidade, como é o exemplo de um membro da família ia para a cidade e conseguia um emprego para algum parente. Isso também poderia acontecer já dentro da cidade com algum amigo ou vizinho que indicasse o serviço. Por isso, é preciso pensar nas testemunhas abordadas acima como uma forma estratégica de

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

estreitar laços que garantiriam algum tipo de possibilidade dentro da cidade. No caso de Carlos Francisco, era necessário manter bons vínculos com as pessoas que moravam dividindo os locais conjugados, além de fortalecer essas redes para que sempre houvesse uma ajuda mútua.

OS LIMITES IMPOSTOS: RELATO DE UM MIGRANTE NEGRO NOS SISTEMAS PRISIONAIS DO RIO DE JANEIRO

Desde o começo desse trabalho acompanhamos dados advindos da Casa de Detenção para entender diversas ações dos migrantes negros, seja na cidade, na família ou na entrada desse sistema prisional. Falta, portanto, retratar nesse trabalho como esse sistema de prisão funcionava num contexto de racialização no qual o Código Penal de 1890 permitiam ambiguidades nos pequenos delitos, como a vadiagem. Assim como de costume, iremos tentar entender qual interação era estabelecida nesse local pelos migrantes negros: quais suas estratégias, sociabilidades e relação com a lei. Aqui não ficaremos restritos apenas a Casa de Detenção, mas também iremos entender um pouco sobre a Casa de Correção e a Colônia Correccional de Dois Rios, local no qual alguns presos eram destinados.

Apesar da sua condição provisória, a Casa de Detenção se tornou parte definitiva do sistema prisional no Rio de Janeiro. Construída na área térrea da Casa de Correção, a Casa de Detenção não era o primeiro planejamento para aquele espaço, pois seria destinado a primeira penitenciária do país (CHAZKEL, 2009: 10 apud AZEVEDO, 1877: 441), porém os planos foram deixados de lado pela urgência de um local para abrigar acusados ainda sem sentenças dos presos de Aljube (ARAÚJO, 2009: 237), cárcere feito aos moldes das antigas punições e que se encontrava em total lotação. Dessa forma, essa seria essa a função da Casa de Detenção: abrigar presos que ainda não foram julgados, assim como aqueles que cometeram pequenos delitos e teriam uma breve passagem dentro do local. Ou seja, enquanto a Casa de Correção seria o local de disciplina para corrigir a partir do trabalho, a Casa de Detenção seria o local para deter (CHAZKEL, 2009: 11).

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

Na recém república brasileira, o código penal de 1890 era acompanhado de leis com certas ambiguidades em alguns artigos, principalmente o que era destinado a vadiagem. O artigo 399, no qual classificava a vadiagem não determinava, diretamente, o que seria ser “vadio”, “desordeiro” ou o que determinaria a ociosidade. Com isso, ficava a cargo dos policiais averiguarem nas ruas quais comportamentos configurariam esses termos, o que dava um grande poder a polícia de aplicar a justiça como bem entendiam nas ruas (ibidem: 13-14). Chazkel (2009) argumenta que o uso frequente desse artigo serviu para controlar e julgar comportamentos do cotidiano na cidade, e fechar cada vez mais as ações que seriam ou não aceitas, até mesmo aquelas que eram toleradas no império.

A Casa de Detenção sendo criada como uma casa de prisão provisória e se tornando permanente entre o Império e a República deu espaço para a existência desse sistema de policiamento. Essa transição de poder acalorou o embate e a grande preocupação com os pequenos delitos, uma discussão sobre quais comportamentos seriam enquadrados nesses crimes de categoria mais branda (ibidem). A existência da Casa de Detenção como um lugar a parte onde abrigava provisoriamente no Império e permanentemente na República tornou esse espaço uma nova categoria de criminalidade no qual seriam destinados esses crimes mais amenos, ou seja, aqueles que seriam enquadrados na questão moral, como a vadiagem. Com isso, a Casa de Detenção tornou possível a prisão a partir de comportamentos. E essa limitação dos comportamentos afetou diretamente os migrantes negros que vieram para a capital.

O combate à ociosidade estava diretamente ligado a um processo de racialização. A lógica do trabalho liberal era praticamente o oposto dos projetos de liberdade que os libertos buscavam no pós-abolição. Na Jamaica, por exemplo, os libertos mesmo passando por um processo de “aprendizagem” para seguirem os moldes liberais de trabalho, rejeitaram seguir esse modelo quando se viram livres (HOLT, 1992). No Brasil, a abolição da escravidão possibilitou a negociação das condições de trabalho, o que também tinha um propósito na contramão do liberalismo¹¹. Esse fracasso do liberalismo

¹¹ Para mais informações consultar FILHO, Walter Fraga. *Encruzilhadas da liberdade. história de escravos e libertos na Bahia (1870-1910)*. Campinas: Unicamp, 2006 e RIOS, Ana Lugão e MATTOS, Hebe. *Memórias do cativo: família, trabalho e cidadania no pós-abolição*. Ed. Civilização Brasileira, 2005.

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

precisava se apoiar em justificativas que culpassem os sujeitos pela sua não aderência, e não o conflito de interesses que gerava esse choque. Com isso, ao não seguirem os moldes liberais, os negros estariam buscando a ociosidade, o não-trabalho e a criminalidade. A narrativa dos negros não se adaptarem ao trabalho viera dessa justificativa das frustrações liberalistas que mais tarde se tornariam a principal causa de prisões dentro da Casa de Detenção: a vadiagem.

Ademais, a polícia também se baseava nas reputações dentro da cidade e em relatos de testemunhas para deter. A Casa de Detenção não era destinada apenas a pessoas que cometiam crimes, mas também por “serem” algo. No caso analisado por Chazkel (2009), ser “conhecido” por algo já era motivo para ser levado sob custódia, ou seja, ser “conhecido” por ser vagabundo, desordeiro e os termos que causavam ambiguidade, por exemplo. Mesmo sem nenhum ato que para os policiais soasse o suficiente para fazer justiça a sua própria maneira, os sujeitos poderiam ser presos. Ao que parece, “ser conhecido” e “estar nas ruas” já era o bastante, enquanto ser reconhecido como tal pela própria comunidade, também poderia gerar um peso significativo. Como os policiais se baseavam no que ouviam na cidade (CHAZKEL, 2009: 31 apud HERTZMAN, 2005: 7) e nos seus próprios julgamentos, a reputação era um detalhe que provavelmente poderia influenciar nas prisões. No caso dos migrantes negros, é possível encontrar várias prisões cujo o motivo seria “ser algo”. Nos dados dos migrantes negros na década de vinte o mais comum era encontrar artigos penais sendo usados para classificar os crimes, mas não era incomum que encontrássemos esses migrantes sendo apreendidos por serem algo, alguns dos termos encontrados eram “ser ladrão”, “ladrão e vadio conhecido”, “por ser ladrão e nocivo a tranquilidade pública” e “por ter regressado da Colônia Correccional”¹². Como podemos ver, teriam duas formas de reputação: aquela que era construída pela reincidência, com já ter passagem na Colônia Correccional, e aquela que relacionava a vadiagem, como sempre vaga, com um tipo de crime também vago, como “ladrão”. as duas parecem ser relacionadas a mistura do que era construído na cidade com o senso moral racista dos policiais.

¹² Livros de ocorrência da Casa de Detenção do Distrito Federal (1920-1926).

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

Além disso, os jornais que noticiavam casos de polícia também criavam uma narrativa na cidade e contribuía na formação da reputação. Esses meios de comunicação também possuíam uma ambiguidade entre suas narrativas, por um lado, traziam denúncias importantes ao público, davam voz através de entrevistas como foi o caso do migrante Eugênio no qual acompanhamos, enquanto em outras vezes reforçavam as ações policiais baseadas no comportamento que beiravam entre socialmente admissível ou o inadmissível¹³.

A vadiagem, no morro do Salgueiro, prolifera. Inumeros desocupados se acoitam ali, praticando condenáveis excessos. Hontem, a policia do 17º districto, dando ali uma batida, prendeu os desocupados Felipe Antonio Santiago, Euclides Lira, Santiago Rodrigues Domingues e Cecília Carolina de Jesus. Recolhidos ao xadrez da delegacia, vão todos ser processados por vadiagem, afim de fazerem uma “estação” na Colonia Correccional¹⁴

Como podemos observar, o jornal descreve um enquadramento de vadiagem no morro do Salgueiro, pelo qual teria como principal acusação a desocupação. Por não estarem na rua a motivo de trabalho, essas pessoas foram enviadas para Colônia Correccional, uma prisão de disciplina através do trabalho, para serem reabilitadas. Essas pessoas eram vistas como potencialmente criminosas, enquanto a vigilância policial seria a detentora da ordem pública. A desaprovação desses comportamentos, como a “desocupação” na cidade pelo jornal é nítida, reforçando o uso da ação policial para repreendê-los. A noção vaga no código penal de 1890 sobre o artigo 399 dava a polícia a liberdade para enquadrar esses delitos, enquanto os jornais legitimavam suas ações ao público, reforçando reputações na cidade.

Entretanto, os jornais acabavam sendo também um condutor estratégico dos migrantes, visto que esse espaço era aberto para a denúncia e testemunhos pessoais. O

¹³ Jornais como Gazeta de Notícia (1920-1929), Correio da Manhã (1910-1919), O Paiz (1920-1929), O Jornal (1920-1929), O Manhã (1925-1953). Sobre a ação policial e práticas de poder e aplicação de justiça nas ruas procurar CHAZKEL, Amy. Uma perigosíssima lição: A Casa de Detenção do Rio de Janeiro na Primeira República. In: ALBUQUERQUE NETO, Flávio de Sá C.; BRETAS, Marcos; COSTA, Marcos, MAIA, Clarissa Nunes (orgs). *História das prisões no Brasil*. 2 vols. Rio de Janeiro: Rocco, 2009 ; BRETAS, Marcos. Ordem na cidade: o exercício cotidiano do poder policial na cidade do Rio de Janeiro, 1907-1930. Rio de Janeiro, 1997

¹⁴ O Paiz. Edição 12929 (1). 04 de março de 1920. Disponível em:

http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=178691_05&pesq=%22Felippe%20Antonio%20Santiago%22&pagfis=779

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

migrante negro Elyseu Alves da Silva, teve em sua trajetória a passagem pela Colônia Correccional de Dois Rios em 1926 e utilizou-se dos jornais para denunciar irregularidades e torturas que estavam presente no presídio de Ilha Grande

Elyseu Alves da Silva – mais uma victima da iniquidade policial que se requintou, ultimamemnte, num abuso de barbaras repressões – entrou hontem as portas deste jornal, para vir, com seu testemunho pessoal, que se junta ao de tantos outros, esclarecer o publico acerca das scenas vandálicas que se desenrolam na Colonia Correccional de Dois Rios [...] Tendo, no dia 13 de março, deixado o serviço em que trabalhava, como servente de pedreiro, com o intuito de seguir para as obras da Light esta realizando em São Paulo, passava pela praia de Santa Luzia a procura de um amigo que trabalha nos frigoríficos ali existentes, quando foi abordado por uma turma de comissários do 5 districto, que o prendera.

Daquella delegacia, sem saber porque, foi transferido para a 4 auxiliar, onde se conservou detido até o dia seguinte, quando foi embarcado com um grande numero de outros para a Colonia de Dois Rios. Soube que o general Julio Cesar, que é o diretor da Colonia, estivera na Policia Central a procura de trabalhadores para aquelle presidio¹⁵

Em seu relato, podemos perceber que Elyseu e outras testemunhas que relatavam os acontecimentos de Dois Rios sabiam de seus direitos e usavam o Jornal como porta-voz para os reivindicarem. Em primeiro momento, ele conta os acontecimentos que ocorreram antes da prisão, o que separa a denúncia em duas: a primeira pelas antecedências da prisão sem um motivo declarado, e a segunda das condições que enfrentavam dentro de Dois Rios. Focando primeiro no ato de sua prisão, retomamos ao quadro ações policiais que faziam parte da vigilância dentro da cidade, no qual ser “suspeito” já era um motivo suficiente para apreensão. O que podemos observar, é que Elyseu tinha uma grande mobilidade pela cidade, se deslocando do trabalho para outros lugares – como a visita ao amigo ou seguir para São Paulo – e essa mobilidade poderia ser uma possibilidade comum dentre os migrantes negros que chegavam ao Rio de Janeiro, justamente pela busca as redes de sociabilidade. Essa interação na cidade poderia desagradar os policiais que circulavam, os enquadrando como “suspeitos”. Por conta disso, os migrantes negros poderiam ser mais suscetíveis aos olhares policiais, não por serem migrantes, mas por serem negros. No caso de Elyseu, não sabemos se já existia alguma passagem de algum delito dentro da Casa de Detenção, visto que em seu dado exposto no local era apenas

¹⁵ A Manhã. Edição 00106. (1). Rio de Janeiro. Ano 1926. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=116408&Pesq=%22Elyseu%20Alves%20da%20Silva%22&pagfis=753>

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

para dar baixa a enfermaria¹⁶. Era possível que houvesse alguma passagem, pois, as baixas na enfermaria ocorriam com pessoas que já estavam no circuito prisional entre Casa de Detenção – Casa de Correção – Correcional de Dois Rios, enquanto normalmente em outros casos fora do contexto prisional as pessoas eram levadas para a Santa Casa da Misericórdia. Por isso, existiam duas possibilidades para Elyseu ter sido detido naquele dia pelos policiais: ou pela suspeita preferencial, como Chalhoub (1996: 20-24) aborda com as “classes perigosas” ou pela reputação marcada pelos policiais da existência de uma passagem anterior pelo sistema prisional. De qualquer forma, Elyseu põe em dúvida a ação policial ao relatar os desdobramentos daquele dia, enquanto deixa claro que a sua ida a Correcional de Dois Rios estaria relacionada apenas pela demanda do general Julio Cesar para servir como mão de obra na prisão, e não a um processo judicial. De acordo com Virginia Sena Barradas (2006), a categorização dos grupos sociais como “classes perigosas” conduzia um grande número de pessoas a Colônia Correcional de Dois Rios, sem um processo judicial formalmente registrado (BARRADAS, 2006: 4). Dessa forma, na prática, o sistema prisional funcionava em vários momentos de forma informal, aproveitando-se de sua autonomia para atender as circunstâncias e demandas do cotidiano, como foi no caso do general que precisava de trabalhadores em Dois Rios.

Como vimos em todo o capítulo, os migrantes precisavam criar estratégias para sua sobrevivência na cidade, principalmente a partir das redes de sociabilidade. No caso de Elyseu, sua estratégia para conseguir ser solto daquela situação também envolveram estratégias de sociabilidade e noções de direito.

Num domingo, mandaram-nos carregar estrume para o jardim de um tenente. A esposa deste, bondosa e cheia de piedade para conosco, dispensou-nos do serviço, dando-nos alimentação, e, ao despedir-nos, fartou-nos de pão, com que pudéssemos suportar o péssimo tratamento da Colonia. Um nosso companheiro, pediu-lhe duzentos réis. Ella estranhou o pedido, porque nada tínhamos a comprar na ilha, mas forneceu uns nickeis a cada um de nós.

Um companheiro, que tinha trabalhado num jornal como continuo, escreveu uma petição de “habeas-corpus” ao Supremo Tribunal que nol-o concedeu a mim e tres companheiros. Quando chegou a ordem na Colonia, o general ficou furioso; mas não havia remédio, mandou-nos soltar. Aqui estou.¹⁷

¹⁶ APERJ. Notação MD-HN-146. Número de Registro 229. 1923.

¹⁷ A Manhã. Edição 00106. (1). Rio de Janeiro. Ano 1926. Disponível em:

<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=116408&Pesq=%22Elyseu%20Alves%20da%20Silva%22&pagfis=753>

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

Como podemos observar, Elyseu e seus companheiros formularam uma estratégia a partir de suas percepções sobre seus direitos, ou seja, recorreram à instituição jurídica para exercer sua cidadania. A estratégia coletiva para conseguirem um habeas corpus mostra como era importante criar uma rede social para ampliar as possibilidades, o que podemos ver com o companheiro que pediu ajuda da esposa do tenente e com o companheiro que sabia escrever e fazer uma petição. Todos foram essenciais para esse migrante conseguir sair da prisão e poder relatar aos jornais toda a sua trajetória na Colônia de Dois Rios.

O Código Penal de 1890 e sua proposta liberal de modernização dos modelos prisionais em nada tinham de modernas, apenas liberais. O que vimos, nada era novo: racismo em forma de lei (sem mencionar a cor) e controle social. E, mesmo assim, na prática, as leis não eram respeitadas e as formas de racialização da polícia praticadas de forma informal aumentavam ainda mais a coerção não só nas cidades, mas nos próprios presídios do Rio de Janeiro. Contudo, os migrantes negros, assim como acredito que a população negra que viva na cidade, tentaram driblar essa realidade. Como pudemos acompanhar, os migrantes criaram estratégias desde o início, exercendo sua cidadania desde registrar seus filhos no cartório, até utilizar petições para conseguir a liberdade da Colônia de Dois Rios. Eles sabiam dos seus direitos, e usavam dos artifícios do próprio Estado para exercê-los. Assim como nos jornais, que ao mesmo tempo que reforçavam as ações das autoridades policiais, viraram um portal para pessoas como Elyseu denunciarem essas mesmas autoridades. Em todas essas estratégias, as redes de sociabilidade eram importantes aliados, pois ampliavam as possibilidades, por isso a reputação era algo prezado pelos migrantes negros. Dessa forma, as trajetórias dos migrantes negros nos anos vinte contaram com estratégias para sobreviver na cidade, sendo as principais as a ampliação da família, as redes de sociabilidades, a reputação e visão de cidadania.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBUQUERQUE, W. **O Jogo da Dissimulação**. Abolição e Cidadania Negra no Brasil. Ed. Companhia das Letras, 2009

ARAÚJO, Carlos Eduardo Moreira de. **Cárceres imperiais. A Casa de Correção do Rio de Janeiro. Seus detentos e o sistema prisional do Império**. 1830-1861. Rio de Janeiro: Tese de Doutorado: UFRJ, 2009

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

BARRADAS, Virginia Sena. **Modernos e desordenados: A definição do público da Colônia Correccional de Dois Rios (1890-1925)**. Dissertação de Mestrado – Departamento de História Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2006.

BRETAS, Marcos. **Ordem na cidade: o exercício quotidiano do poder policial na cidade do Rio de Janeiro, 1907-1930**. Rio de Janeiro, 1997

CHALHOUB, Sidney. **Cidade Febril: cortiços e epidemias na Corte imperial**. São Paulo: Cia das Letras, 1998.

CHALHOUB, Sidney. **Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da belle époque**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2008, 2ª reimpressão da 2ª ed., 2001

CHAZKEL, Amy. Uma perigosíssima lição: A Casa de Detenção do Rio de Janeiro na Primeira República. In: ALBUQUERQUE NETO, Flávio de Sá C.; BRETAS, Marcos; COSTA, Marcos, MAIA, Clarissa Nunes (orgs). **História das prisões no Brasil**. 2 vols. Rio de Janeiro: Rocco, 2009

COSTA, Carlos Eduardo Coutinho. **“Faltam braços nos campos e sobram pernas na cidade”**: Família, migrações e sociabilidades negras no pós-abolição do Rio de Janeiro (1888-1940).

COSTA, Carlos Eduardo C. **"Migrações negras no pós-abolição do sudeste cafeeiro (1888- 1940)**." Topoi, Rio de Janeiro, v. 16, n. 30, p. 101-126, jan./jun. 2015

GINZBURG, Carlo. O nome e o como: troca desigual e mercado historiográfico. In: GINZBURG, Carlo; CASTELNUOVO, Enrico; PONI, Carlo. **A micro-história e outros ensaios**. Lisboa: Difel, 1989.

GUEDES, Roberto. **Parentesco, escravidão e liberdade (Porto Feliz, São Paulo, século XIX.)** Varia hist. Belo Horizonte, v. 27, n. 45

LEVI, Giovanni. **A herança imaterial: trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

HERTZMAN, Marc Adam. **Workers into Vagrants: Policing Rio de Janeiro before (and after) Music was the Point, 1890-1940**. Tese de Doutorado, University of Wisconsin, 2005

HOLT, Thomas, **The problem of freedom race, labor, and politics in Jamaica and Britain, 1832-1938**. The Johns Hopkins University Press, 1992

RIOS, Ana Lugão e MATTOS, Hebe. **Memórias do cativo: família, trabalho e cidadania no pós-abolição**. Ed. Civilização Brasileira, 2005.

RIOS, Ana Lugão e MATTOS, Hebe. **O pós-abolição como problema histórico**. TOPOI, vol.5, n.8, 2004.

FONTES

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

Hemeroteca Digital (Biblioteca Nacional). Correio da Manhã (RJ), O Correio da Tarde: Jornal Commercial, Politico, Litterario e Noticioso (RJ), Diario da Noite (RJ), O Paiz(RJ) A Manhã (RJ) O Jornal (RJ). Disponível online.

A Casa de Detenção. Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro. CDDF. Anos 1920-1926.

Registros Históricos do Family Search. Disponível online.